

## DONA SANTA, RAINHA DO MARACATU: MEMÓRIA E IDENTIDADE NO RECIFE

Isabel Cristina Martins Guillen\*

### *Tradição e memória nos maracatus-nação.*

Em 2004, Dona Santa foi a grande homenageada do carnaval recifense. Rainha do Maracatu Nação Elefante durante muitas décadas, em torno de sua história outras tantas circularam pelos jornais da cidade e entre os batuqueiros, maracatuzeiros, pais e mães de santo. No maracatu-nação Cambinda Estrela, por exemplo, compôs-se uma nova toada:

*Dona Santa, feiticeira  
Juremeira sim senhor.  
E todo Recife agora  
Reconhece seu valor.<sup>1</sup>*

A presença de Dona Santa, e do Elefante na história dos maracatus é bastante conhecida, tendo sido referida por Guerra Peixe (1981), Katarina Real (1990) e Roberto Benjamin (2004), dentre outros estudiosos. Considerada símbolo máximo da cultura

afro-descendente de Pernambuco, e tida como um verdadeiro mito legitimador entre os maracatuzeiros, sua importância não pode ser posta em questão. Nesse sentido, pensamos em tomar sua história como fio condutor para pensar como, na segunda metade do século XX, os maracatus-nação foram postos em cena na cidade do Recife para representar o papel da cultura afro-descendente. Esse, contudo, não é um processo de mão única, e a toada acima demonstra que a história é re-significada em cada novo contexto, e que uma determinada memória coletiva vem à tona no processo de formação das identidades.

Ao mesmo tempo em que os maracatus são julgados, hoje, a partir de seu potencial em gerar mercadorias lucrativas (no campo do entretenimento, e do turismo), são reivindicados como expressão de identidade étnica e cultural, demonstrando que esse processo é, acima de tudo, polissêmico, con-

\* Doutora em História e professora do Departamento de História da UFPE Recife. E-mail: iguillen@uol.com.br

forme analisou Hall (2005). Os maracatus são considerados na atualidade como a manifestação por excelência da cultura popular pernambucana, responsável pela fixação e discussão da cultura afro-descendente no Recife, tanto quanto da cultura regional, ou pela pernambucanidade, como é conhecida por muitos.

Essa complexidade não pode ser entendida sem se levar em consideração o processo histórico que a engendrou, aqui compreendido a partir da análise de dois momentos: um primeiro que abrange a história intrinsecamente relacionada dos maracatus e de Dona Santa; e o segundo que se refere à criação de uma memória sobre a mesma, e os momentos em que foi lembrada.<sup>2</sup> A morte de Dona Santa em 1962, e o desaparecimento do maracatu Elefante que teria deixado de desfilar por vontade expressa da rainha antes de morrer, foi recorrentemente lembrada quando se discutia o "inevitável" fim das tradições e o desaparecimento de uma cultura "autenticamente" africana.<sup>3</sup>

Este artigo tem por objetivo apontar algumas questões relativas à história de Dona Santa, e como ela se constitui em autoridade incontestada entre as comunidades de afro-descendentes durante as décadas de 1930 a 1960. Para seu pleno entendimento, é fundamental que se discuta o papel que exercia como mediadora cultural, capaz de entretecer as diversas redes sociais das quais fazia parte: as comunidades de afro-descendentes, os maracatus e terreiros, os grupos de intelectuais que conhecia e com quem se relacionava a partir de sua posição como rainha: jornalistas, escritores, pesquisadores etc. Para que possamos compreender a forma como Dona Santa entretece essas redes, é fundamental percorrer uma discussão teórico-metodológica sobre o papel do indivíduo na história, sobre as possibilidades do fazer biográfico.

### ***Dona Santa, biografia e história.***

O interesse renovado pela biografia nas últimas décadas pode ser apontado como o

resultado de um profícuo debate sobre o papel do indivíduo na história, problematizando sua liberdade de ação frente às normas ou estruturas sociais. Muitas dessas questões dialogam com um movimento mais geral que envolve as ciências sociais no contexto de "crise de paradigmas", ou seja, são questões ensaiadas desde a década de 1970 na historiografia em âmbito mundial. A micro-história, que não vamos aqui tratar como uma tendência, ou um gênero, mas um exercício historiográfico, tem levantado uma série de questões acerca dos indivíduos na história, a partir da construção de algumas "biografias", a exemplo de Carlo Ginzburg, em *O queijo e os vermes*, e Natalie Davis em *O Retorno de Martin Guerre*. Ao narrar a história do moleiro friulano de nome Menochio, vítima da inquisição no século XIV, Ginzburg (1986) nos fornece pistas de uma cultura popular a que, de outra forma, talvez nunca tivéssemos acesso. Para Ginzburg, Menochio, em alguns momentos se parece com um homem como nós, e em outros, muito distante de nós. O exercício biográfico proposto pelo historiador italiano busca dar conta da reconstrução analítica dessa diferença. Nesse mesmo movimento encontra-se o trabalho de Natalie Zemon Davis, intitulado *O retorno de Martin Guerre*, (1987) em que a historiadora norte-americana exercita a capacidade de lidar com o contexto e suas possibilidades, e o acontecido, ou evento. A magnífica história de Martin Guerre permitiu a Davis ensaiar as possibilidades que eram dadas para um indivíduo viver naquela época. Ao mesmo tempo, o maravilhoso livro de Davis é um excelente ensaio sobre as liberdades, as escolhas e as estratégias que os indivíduos desenvolviam diante de contextos, adversidades etc.

Tais trabalhos colocam em relevo a representatividade do homem comum. Ginzburg (1986, p. 16) afirma que "alguns estudos biográficos mostram que um indivíduo medíocre, destituído de interesses por si mesmo – e justamente por isso representativo – pode

Dona Santa, rainha do maracatu: memória e identidade no Recife

Isabel Guillen

ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico." A vida de um indivíduo comum não só nos permite estudar uma individualidade específica, mas ao mesmo tempo se nos apresenta como uma via de acesso à cultura popular daquela época. Desse modo, o exercício biográfico tem propiciado aos historiadores, através desses personagens, vias que possibilitam a compreensão de contextos e questões mais amplas, bem como tem se mostrado, como afirmou Giovanni Levi (1992; 2000; 2001), aberto a todo tipo de problemas, o que é, para quem não tem medo das incertezas do pensamento, bastante saudável. E tem apontado questões, algumas delas bastante complexas, acerca das abordagens teóricas sobre as estruturas sociais. A reconsideração das análises e dos conceitos relativos à estratificação e à solidariedade sociais nos induz a apresentar, de modo menos esquemático, os mecanismos pelos quais se constituem redes de relações, estratos e grupos sociais. A análise da maneira pela qual se fazem e desfazem as configurações sociais levantam uma questão essencial: como os indivíduos se definem (conscientemente ou não) em relação ao grupo ou se reconhecem numa classe?

Uma outra questão essencial refere-se à relação entre normas e práticas, ou seja, a biografia tem permitido apontar o papel das incoerências dentro das próprias normas no seio de cada sistema social. Nas palavras de Levi (2001, p. 45) "nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação." Nesse sentido, a biografia se apresenta como "o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos que jamais estão isentos de contradições." É importante evitarmos abordar a história a partir de um esquema único de

ações e reações, mostrando que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados os quais podem, então, impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis.

Não podemos deixar de considerar, postas as questões acima, a racionalidade atribuída aos atores. Quando pensamos nos homens, há uma tendência arraigada a compor os personagens com um determinado tipo de racionalidade, mais dada ao funcionalismo e à economia, como se fossem atores perfeitamente informados, como se todos os indivíduos tivessem as mesmas disposições cognitivas e obedecessem aos mesmos mecanismos de decisão ou agissem em função de um cálculo de lucros e perdas. O exercício biográfico tem permitido pensar a relação entre a racionalidade individual e as condutas coletivas, sem que a primeira fique inteiramente subsumida à segunda, questão essa que nos remete, ainda, para uma reflexão sobre os processos de mudança e a capacidade transformadora do indivíduo. Para todo indivíduo existe uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências e dos confins sociais e que suscita a mudança social. As ações dos indivíduos não podem ser consideradas irrelevantes, pois o risco, não banal, é o de não poder pensar os limites da dominação e do poder.

E o que Dona Santa pode nos dizer sobre essas questões tão importantes? Sobre a vida da rainha do Elefante pouco se sabe além de dados bastante genéricos e controversos sobre a data de seu nascimento e sobre a condição de sua família (libertos ou não, africanos ou crioulos), seu casamento com o segundo sargento da Polícia Militar João Vitorino e sua eleição como rainha do maracatu Leão Coroado, ainda muito moça. Na história de Dona Santa, a tarefa mais difícil para o historiador é conseguir separar os dados históricos, propriamente ditos, da memória que sobre ela se criou após sua morte, que a celebra como a matriarca dos

Dona Santa, rainha do maracatu: memória e identidade no Recife

Isabel Guillen

maracatus e dos terreiros do Recife. É nesse sentido que este artigo se propõe a analisar sua atuação nas décadas de 1930 a 1960, não só porque temos uma produção documental de maior significado, mas por considerarmos que é nesse período, quando fica viúva, que Dona Santa ganha liberdade para firmar essa tão propalada autoridade. Aquele é o período em que transformações culturais de vulto ocorriam no país, acerca das percepções sobre a cultura afro-descendente; e a atuação de Dona Santa na cidade do Recife, como mediadora cultural de incontestável qualidade, pode nos fornecer indícios de como os indivíduos das camadas populares não se mostram passivos diante das questões nacionais, mas têm, sim, contribuído para sua mudança. Trata-se, portanto, de pensar como, ao construir sua autoridade entre os afro-descendentes e os intelectuais da cidade, Dona Santa contribuiu para transformar as representações construídas em torno dos maracatus e dessa cultura tida como de origem africana de modo mais amplo.

Para que se possa entender como Santa construiu sua autoridade, é preciso que se formulem algumas questões relativas às discussões de gênero e poder. Quando o marido de Dona Santa, Vitorino, foi escolhido para ser rei do Elefante, Dona Santa teria renunciado ao "cetro" do Leão Coroado para acompanhá-lo. No levantamento documental efetuado nos jornais das décadas de 1920 e 1930, quase nenhuma referência se encontra sobre a rainha, até a morte de seu marido. Ao contrário, na documentação policial, Vitorino se apresenta como ditador perpétuo do Elefante! Nós só a encontramos no comando do Elefante no final da década de 1930, e é como presidenta do maracatu que se apresenta às autoridades policiais, conforme consta no prontuário do Elefante no DOPS.<sup>4</sup> Portanto, Dona Santa ganha visibilidade num determinado período da história da cultura afro-descendente no Recife que não se pode deixar de considerar. Concomitantemente devemos considerar que este é um

período em transformações de monta estão ocorrendo. Vejamos o contexto histórico em que se deu essa transição.

Nos anos finais do século XIX e adentrando as primeiras décadas do século XX, assistimos no Recife um formidável teatro de controle social em que as ruas da cidade e diversos tipos de divertimentos populares se transformam em cenário para as mais dramáticas ocasiões para a encenação de confrontos e conflitos. O carnaval se encontra no epicentro desta questão, e é em torno de sua normatização – visando controlar a "turba incivilizada" – que giram os debates.<sup>5</sup> O carnaval vai se constituindo como um palco em que blocos, troças, maracatus e caboclinhos são instados a desfilar ordeira e civilizadamente em espaços determinados da cidade, seguindo traçados pré-estabelecidos e sendo posteriormente agraciados com prêmios e faças, enquanto a população é instada a comprovar pelo voto aqueles que melhor seguiam as regras. Essa discussão estava assentada numa imagem de que muitas dessas manifestações nada mais eram do que momentos propícios para a explosão da violência, provocando brigas e arruaças.

Os maracatus estavam no epicentro dessas representações. Desde meados do século XIX foram criadas posturas municipais que objetivavam controlar os momentos de divertimento dos negros, pois estes eram propensos a violências e arruaças. Os maracatus aparecem por diversos anos nas páginas do Diário de Pernambuco como "coisas de negros incivilizados" e que incomodavam os "cidadãos de bem" (Maia, 1995). Um desses famosos "arruaceiros" era o valente Adama, do Maracatu Oriente Pequeno, atuante no início do século XX e sobre quem sabemos muito pouco, mas que desconfiávamos desses estereótipos socialmente construídos, conforme discutiu Lima (2006).

A década de 1930, marcada por uma complexa ambigüidade, é considerada decisiva para se entender as transformações que se seguirão. Até então, diversas manifestações da cultura afro-descendentes

Dona Santa, rainha do maracatu: memória e identidade no Recife

Isabel Guillen

eram constantemente alvo de críticas, consideradas bárbaras e incivilizadas, e que as autoridades deveriam tomar providências para seu pleno desaparecimento, já que a elite cultural desejava acima de tudo, um país branqueado, que se pudesse espelhar na Europa. Assim o maracatu e o catimbó (religiões afro-descendentes com a jurema e os orixás) eram alvos certos de jornalistas quando se tratava de criticar as “coisas de negros” que ainda teimavam em existir. A tônica geral recaía sobre a repressão, objeto de cuidados policiais.

Mas essas coisas começam a mudar paulatinamente. Mesmo que não possamos apontar um momento específico, responsável pelas transformações que ocorrerão, em 1933 assistimos no Recife à realização do I Congresso Afro-Brasileiro, e em sua programação o maracatu ganha visibilidade entre os intelectuais participantes de uma forma positiva, coisa que até então nunca tinha ocorrido. O mesmo ocorria em relação às religiões, que começaram a despertar interesse genuíno entre os membros da equipe de Ulisses Pernambucano de Mello, e o trabalho que desenvolveram a partir da Assistência aos Psicopatas. Pela primeira vez no Recife, ainda que evitado de muitos preconceitos, um saber começa a ser construído em torno da cultura afro-descendente, comprovada na publicação de muitos trabalhos, dentre os quais se destaca o de Gonçalves Fernandes (1937).

Ao mesmo tempo em que podem ser apontados indícios de valorização das contribuições culturais dos negros para a construção da cultura brasileira, este não era um movimento de mão única, pois havia aqueles que pretendiam ainda construir um Brasil branco, ou pelo menos o mais mestiço possível. Durante o governo de Agamenon Magalhães, por exemplo, assistiu-se à violenta perseguição às religiões afro-descendentes e mais de uma centena de terreiros foram fechados sob o pretexto de que se tratava de charlatanismo e superstição. Muitos terreiros faziam suas obrigações dis-

farçados de maracatus, firmando a associação entre maracatus de baque virado e religiões afro-descendentes. Mas não foram bons anos para essas manifestações. Em relação ao carnaval e ao controle acima referido, em 1935, cria-se a Federação Carnavalesca que durante o Estado Novo, ou o governo de Agamenon Magalhães, tem por objetivos determinar regras e normas para um carnaval aceitável. A tal ponto a Federação teria exercido controle sobre as manifestações carnavalescas (e não só para os maracatus) que em 1947, nas páginas dos jornais da cidade do Recife podemos acompanhar o debate sobre o “excesso” de controle que a Federação exercia sobre a folia carnavalesca. Gilberto Freyre já podia se opor à Federação em favor de um carnaval “espontâneo” e popular, raiz da “autêntica” cultura pernambucana, pois então não mais os capoeiras acompanhavam as brincadeiras provocando arruaças, e a violência se expressava em outros contextos simbólicos.<sup>6</sup>

Em meio a essa diversidade e disputas, alguns mediadores culturais tiveram papel destacado na construção de uma identidade cultural que preservasse espaço para as manifestações afro-descendentes. E Dona Santa foi, sem dúvida, uma delas.

Para uma diversidade de cronistas e literatos que escreveram sobre o maracatu, além de o apontarem como um “brinquedo de carnaval”, onde reis e rainhas representavam uma inocente e momentânea inversão das hierarquias sociais, todos os símbolos reais que constituem o maracatu (coroa, cetro, pálio) são tidos como mero aparato cênico. Terminado o carnaval, reis e rainhas perdem a majestade e voltam a ser plebeus, mais precisamente negros contidos nos mocambos da periferia da cidade.

*“Que convicção – a desses reis de mentira, labutando a vida inteira, trazendo ainda na pele requemada as lanhadas dos seus antigos senhores! Só nesses três dias de Momo são felizes. Felizes porque tem a ilusão do mando, a ilusão de que podem, de que são senhores. Tristes e ingênuos diabos!”<sup>7</sup>*

Dona Santa, rainha do maracatu: memória e identidade no Recife

Isabel Guillen

São representações que, de certo modo, criam os maracatus como tradição, ou seja, como folguedo folclórico em que os significados dessas práticas encontram-se perdidos no tempo, inocentando-as, infantilizando-as. Como se tais práticas culturais não mais tivessem significados para seus praticantes, como se não fossem capazes de criar vinculações identitárias, ou mesmo suportar redes sociais nas quais os afro-descendentes se reconhecessem.<sup>8</sup> Thompson nos alerta para as dificuldades dos folcloristas ingleses em ultrapassar as fronteiras de classe, em captar os significados simbólicos das práticas que consideravam reminiscências de um outro tempo. Com sua clássica ironia afirma: "As formas fraturadas sobreviviam, e a gente ignorava a repetia mecanicamente, como sonâmbulos, sem noção alguma de seu significado, ou talvez, como nos rituais derivados dos cultos de fertilidade, com uma aceitação subconsciente e intuitiva."<sup>9</sup> A semelhança com os folcloristas pernambucanos do início do século XX não é mera coincidência, uma vez que compartilham dos mesmos pressupostos classistas.

Contudo, quando se trata de Dona Santa, não a encontramos representada como uma farsa momesca. Ao contrário, é tida como rainha de fato, autoridade incontestada entre os maracatuzeiros e intelectuais, amada e respeitada por muitos recifenses que viveram naqueles anos de 1950 e 1960. E mais, representada como a matriarca do povo afro-descendente e grande sacerdotisa (tanto do xangô como da jurema). Do início do século XX às décadas que consolidam Dona Santa com sua autoridade real, as representações em torno do maracatu mudaram. É preciso considerar que Dona Santa ganha visibilidade como rainha do maracatu Elefante em meio a um complexo amálgama de questões que tinham como pano de fundo certa definição de qual seria a identidade nacional, para a qual os negros tinham contribuições significativas que precisavam ser reconhecidas. Dona Santa, ao que tudo indica, soube como poucos encontrar seu lugar em meio a esse

debate, representando ao mesmo tempo o que de mais tradicional havia na cultura afro-descendente, sem que deixasse de contribuir para a constituição da identidade regional, marcando as diferenças entre o regional e o nacional. Se ela sabia disso? Difícil dizer, mas foi assim representada por diversos intelectuais, a partir das mídias também as mais diversas possíveis: fotografia, cinema, contos, reportagens jornalísticas, etc. O mito Dona Santa se constrói nesse entretecer entre indivíduo e redes sociais, entre práticas e representações. Mas temos uma certeza: Dona Santa não se manteve passiva nesse processo. Suas ações precisam ser analisadas.

### ***Dona Santa, mediadora entre mediadores.***

Assistimos na década de 1930, um processo de transformação urbana na cidade do Recife que levou à fixação das comunidades de afro-descendentes (maracatus, terreiros de xangô e jurema, dentre outras manifestações da cultura popular), em sua grande maioria, na zona norte do Recife, ainda pouco povoada e com ampla disponibilidade de terrenos.<sup>10</sup> Este é um processo em que também começa a se perceber as distinções sociais que se reproduzem espacialmente, com a fixação de bairros considerados de elite ou de classe média, como Madalena, Torre, Casa Forte, enquanto que a região central da cidade se configura quase que exclusivamente como espaço público, destinado a abrigar as instituições do poder público, o comércio, bem como diversos serviços. O bairro de São José, em função dessa remodelação urbana, gradativamente deixa de ser habitado para se tornar lugar quase que exclusivo de comércio e prestação de serviços, principalmente nas ruas que circundam o mercado de São José.

É nesse movimento de expansão urbana e formação da zona norte da cidade que o Maracatu Elefante se muda da Bela Vista para Ponto de Parada. Nas lembranças de mestre Zezinho, morador do Alto Santa Isabel, o maracatu era uma referência naquela região:

*Era em Ponto de Parada, atrás da usina velha. E o maracatu de Dona Santa, o Elefante, ficava encostado na usina velha, dá na frente daquele canal do Arruda, mas naquele tempo não tinha aquele canal não, era tudo barraco.<sup>11</sup>*

O Elefante, e Dona Santa, foram responsáveis pela formação e consolidação de uma cultura do maracatu entre as décadas de 1940-1960, formando batuqueiros, a exemplo do senhor Aprígio, também morador do Alto Santa Isabel. Aprígio, em suas memórias, pouco se lembra de Dona Santa, mas o Elefante marcou sua vida:

*Eu nasci em Ponto de Parada, junto do Maracatu Elefante. Dona Santa era minha madrinha de batismo mesmo. Ela andava no jipe. E a pessoa que andava com o lampião era eu, era pequenininho. Eu batia pequenininho, batia num bombinho desse tamanhinho, aonde eu aprendi a bater maracatu foi no Elefante, com Gobá, Zé Magrinho, um bocado de pessoas que a gente esquece, faz muitos anos né... mas o Gobá era um cara que batia três ilus, ele sozinho. E o bombo mestre era dele, o dono do bombo mestre era ele, sabe. Daí vim pra aqui... ai minha avó saia lá no maracatu, a gente ia sempre pra Ponto de Parada, meu pai, minha mãe e minha avó brincava lá. A gente freqüentava o maracatu Elefante.<sup>12</sup>*

Apesar das rivalidades comuns entre os maracatus, como a clássica rivalidade entre Dona Santa e mestre Luiz de França, do Maracatu Nação Leão Coroado, havia também espaço para a sociabilidade entre os maracatuzeiros de outros maracatus, uma vez que quase todos tinham sua sede na região. Nas memórias de Dona Leinha, filha do fundador em 1935 do Maracatu Cambinda Estrela situado no Alto Santa Isabel, Dona Santa é lembrada com grande respeito. Dona Leinha era jovem naqueles anos de 1940, e em suas lembranças sobressai a festa de aniversário do Elefante como um momento de grande congregação entre as várias comunidades de afro-descendentes:

*Aqui naquela época só tinha mais o (maracatu) de Dona Santa. Sempre ela vinha ai pro Campo do Universo, ai a gente ia olhar. Todo ano ela mandava um convite, que era o aniversário do maracatu. 15 de novembro. Do dia 14 para o dia 15 a gente do maracatu, a gente ia passar a noite todinha lá, na sede do Elefante. Que a gente ia pro aniversário, né, do Elefante, então a gente passava a noite todinha, ai quando era de madrugada botava aquele povo pra dançar. Tinha muitos comes e bebes, essas coisas. Quando dava quatro horas, quatro e meia a gente vinha embora. Todo ano a gente ia, todo ano fazia essa festa do Elefante.*

A festa de aniversário do Elefante era uma ocasião única, que congregava membros de diversas manifestações da cultura popular, não só de maracatus! Essa festa esta presente nas lembranças de todos que conheceram a rainha. Dona Santa, ao que tudo indica, caprichava na festa, fazia questão de convidar a todos, fossem maracatuzeiros ou jornalistas, batuqueiros ou músicos! A festa de aniversário do Elefante, sua longa permanência na memória das pessoas, nos mostra a habilidade de Dona Santa em entretecer essas redes sociais, aproximando mundos, como uma autêntica mediadora cultural. Este era um dos momentos em que Dona Santa não só demonstrava sua autoridade e inserção entre os afro-descendentes, mas aproximava essas comunidades dos mediadores culturais oriundos da elite.

O maestro César Guerra Peixe, em seu acervo, preservou uma carta escrita por Dona Santa, em papel timbrado do Elefante, em que podemos comprovar o cuidado que a rainha conferia à festa, demonstrando também ter plena consciência de sua importância enquanto evento mediador. Nessa carta, com toda a humildade que seu posto lhe permite, e o manejar suave da língua portuguesa propicia, Santa pede ao maestro que então era o responsável pela orquestração de diversos programas na Rádio Jornal do Commercio, ao mesmo tempo em que freqüentava o Elefante para es-

Dona Santa, rainha do maracatu: memória e identidade no Recife

Isabel Guillen

tudos musicais, que divulgue, anuncie na rádio a realização de sua festa. Essa é a "ajudinha" que precisa do maestro, conforme escreve na carta. Dona Santa sabia da importância de sua festa, e sabia como recorrer aos intelectuais e outros membros da elite para criar situações que lhe favorecem. Como uma autêntica mediadora cultural.

O que é o mediador cultural? A historiografia tem se dedicado à questão da mediação cultural a partir de diversos enfoques, mas pode-se resumir a questão levando em conta alguns fatores essenciais. Como mediador cultural pode-se considerar aquelas pessoas que favorecem transferências e diálogos entre dois universos, situando-se no centro de uma extensa rede social, cujas ações podem provocar redefinições identitárias. Evidentemente que esses traços devem considerar que cada momento histórico e cada situação cultural condicionam a emergência de diferentes tipos de mediadores culturais. Este tema, bastante presente na historiografia contemporânea, pode ser acompanhado nos debates sobre o hibridismo e mestiçagem cultural (Canclini, 1998; Gruzinski, 2001). Para nosso caso específico, algumas formulações tornam-se imprescindíveis: é a condição social de um indivíduo que o converte em mediador, ou são suas qualidades pessoais que o colocam na posição de mediação em determinados contextos?<sup>13</sup>

Como agentes de mudança, é necessário considerar que, como postula Barth (2000), esses mediadores podem exercer um papel decisivo na redefinição de identidades étnicas, e os traços que mantêm as fronteiras étnicas podem se transformar. No constante refazer das identidades culturais, o mediador cultural é aquele que permite o acesso a novos códigos, aquele que, como definiu Walter Benjamin, é capaz de exercer a função de tradutor, aproximando mundos distintos, estabelecendo comunicação.<sup>14</sup>

A legitimidade da rainha do Elefante entre as comunidades de afro-descendentes é incontestada, como se afirmou anteriormente.

No entanto, para compreender o sucesso de Dona Santa na "cena" cultural pernambucana dos anos 1940-1960 é necessário introduzir uma série de questões que visam a quebrar uma visão homogênea e hegemônica sobre a cultura popular. O sucesso de Dona Santa é da responsabilidade de uma série de mediadores culturais que a elevam a símbolo máximo da cultura popular pernambucana, bem como da própria rainha que dessa forma não só adquire trânsito entre setores da elite, ampliando seu poder e representação para além do Maracatu Elefante, sem deixar de atuar em benefício deste.<sup>15</sup> Nesses anos, encontramos, invariavelmente, o maracatu Elefante a apresentar-se em quase todos os eventos em que autoridades ou celebridades participavam ao visitarem o Recife. O Elefante e sua rainha eram quase que, oficialmente, "o" maracatu.

Dentre esses mediadores culturais que se encarregaram de aproximar a cultura popular da elite pernambucana, encontra-se o pintor Lula Cardoso Ayres, um dos grandes responsáveis pela divulgação da imagem de Dona Santa, ao publicar suas fotografias na revista *Contraponto*, em 1946, bem como gravuras e quadros que, ao longo dos anos, produziu ao tomar o maracatu como um de seus temas mais recorrentes. O auge da produção de Lula ocorreu nos anos 1940, contribuindo para que a imagem de Dona Santa se tornasse muito conhecida na cidade (Guillen, 2003). Nacionalmente, Dona Santa foi objeto de uma magnífica reportagem da revista *O Cruzeiro*, em 1947, com fotos de Pierre Verger e texto de Odorico Tavares,<sup>16</sup> sem falar em inúmeras reportagens publicadas em jornais, nas quais o Elefante e Dona Santa se consagram como símbolos da mais tradicional manifestação da cultura popular pernambucana. O Maracatu Elefante e sua rainha também aparecem no filme de Alberto Cavalcanti, *O canto do mar*, de 1953.

Entre os maracatuzeiros, é importante ressaltar que Dona Santa vai se constituindo como autoridade, por sua senioridade, uma

Dona Santa, rainha do maracatu: memória e identidade no Recife

Isabel Guillen



vez que contava já com setenta anos ou mais, por suas relações nas redes de sociabilidade das comunidades de afro-descendentes não só como rainha, mas como mãe-de-santo e juremeira afamada. Sua autoridade não se devia apenas à visibilidade (poderíamos até dizer fama) que alcançou não só na cidade do Recife, mas também no país. Em reportagens publicadas em jornais diversos durante a década de 1950, um tema em torno da rainha começa a ganhar corpo e substância: o matriarcado de origem africana. Quando morre, em 1962, está consolidada essa imagem de autêntica matriarca, como se sua autoridade daí adviesse.

Esta é uma questão bastante espinhosa na literatura afro-descendente brasileira, ainda não enfrentada em todos seus desdobramentos, seja do ponto de vista teórico-metodológico, seja do ponto de vista das representações que criou a respeito da cultura afro-descendente. Acredito que a história de Dona Santa nos permite pensar o quanto a utilização do conceito de matriarcado, visto em um determinado contexto histórico, está perpassado por questões identitárias, bem como agencia uma série de aparatos que buscam fixar essas identidades, homogeneizá-las. Dizer ao negro, e à negra, como eles e elas devem ser, quais os lugares a ocupar, como se comportar etc.<sup>17</sup>

### ***Dona Santa, mulher negra e matriarca?***

As pesquisas efetuadas em torno da história dos maracatus-nação apontam no sentido de rever essas questões de matriarcado, que fixam as posições de gênero, etnia e classe, para abrir essas relações em suas múltiplas facetas identitárias, buscando compreender como essas inter-relações se constroem, historicamente. O poder de Dona Santa, sua legitimidade, autoridade e trânsito político-social só podem ser compreendidos como uma construção histórica em que a posição da rainha nas comunidades de afro-descendentes no Recife não pode ser dissociada de seu trânsito entre outros segmentos sociais, bem como a visibilidade

de que adquire, ou lhe é conferida por uma série de mediadores sociais, no seu papel de rainha e matriarca dos negros e negras do Recife.

Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que Dona Santa ganha visibilidade após a morte de Vitorino, seu marido e diretor do Elefante. Assim, a clássica posição de Dona Santa que, após enviuvar, ganha liberdade e poder, assoma como argumento, e não deve ser descartada de todo. Não temos, no entanto, como esclarecer essa questão, uma vez que não há documentação que nos permita compreender a dinâmica social interna das comunidades de maracatuzeiros nas primeiras décadas do século XX. A questão sobre se as mulheres negras desse período teriam visibilidade é sempre posta em nosso horizonte, lembrando que mesmo para mulheres de outras etnias e raças, desempenhar determinados papéis, aparecer socialmente, com legitimidade para além dos papéis clássicos de esposa e mãe, não era tarefa fácil. Contudo, não é suficiente afirmar que a legitimidade de Dona Santa advinha de sua condição de viúva, pois essa legitimidade no interior do Elefante não ocorreu exclusivamente por extensão da de Vitorino. É preciso buscar em Santa os motivos intrínsecos à sua pessoa e que a legitimaram. Sua individualidade não pode ficar subsumida às relações político-sociais que a conformaram historicamente. Essa é, no entanto, uma questão que confirma os limites do trabalho do historiador, já que não há depoimentos de Santa, apenas testemunhos orais dos que com ela conviveram, em grande maioria, filtrados na memória por inúmeras outras questões subjetivas e sociais. A subjetividade de Santa não nos é dada, mas nem por isso devemos desconsiderar essa questão ao buscar compreender sua construção histórica.<sup>18</sup>

Em segundo lugar, a historiografia tem apresentado, como argumento para entender o poder de algumas mulheres negras, o papel da "senioridade", da experiência. Esse não é em si um atributo suficiente para compreender o poder de Santa, pois não pode-

Dona Santa, rainha do maracatu: memória e identidade no Recife

Isabel Guillen

mos afirmar que todas as mulheres negras e velhas recebessem tratamento similar ao que a rainha recebia. O argumento pode ser válido em alguns casos, quando essas mulheres se destacavam entre o povo do santo, por exemplo, pois aquelas que tinham maior experiência, independente de sua idade, contando, aqui, o tempo de feitoria, as obrigações feitas, tinham maior respeitabilidade. Em Pernambuco, não obstante, diferentemente da Bahia, e no Tambor de Mina no Maranhão, as linhagens femininas não são predominantes nas grandes e tradicionais casas (ou pelo menos naquelas que adquiriram visibilidade e legitimidade como casas tradicionais). Ao contrário, convivem no Recife diferentes tradições com relação às linhagens e sucessão entre as casas de santo. Os terreiros do Sítio de Pai Adão e o terreiro de Raminho, por exemplo, constituem linhagens masculinas, enquanto que algumas mulheres adquiriram grande notoriedade por sua autoridade religiosa, como as tias do Terço, Mãe Lídia, Mãe Biu (Xambá).<sup>19</sup> Não é o caso de Dona Santa, cuja fama e notoriedade não se deveram, por extensão, à sua posição de mãe-de-santo, ainda que fosse afamada e reconhecida, e tivesse muitos(as) filhos(as) e afilhados(as). Não se pode afirmar, no entanto, o contrário, que sua posição se devia exclusivamente à condição de rainha do maracatu mais antigo da cidade.

Tais considerações servem como lembretes com vistas a se tomar precauções fundamentais: é preciso entender Santa, a rainha do maracatu, como uma construção dialética em que se deve considerar uma diversidade de elementos, nem todos bem posicionados, sobre os quais só dispomos de documentação indiciária. Muitas questões ficarão sem respostas, mas é acima de tudo fundamental que possamos formulá-las, para que os indícios de que dispomos possam nos apontar caminhos a trilhar, possibilidades a pensar. Nessa construção dialética, nunca pronta e acabada, é fundamental que consideremos três elementos: a posição de Santa, construída entre os membros das comunidades de

afro-descendentes (o maracatu Elefante, outros maracatus, filhos(as) e afilhados(as), e as casas de santo com as quais se relacionava, como por exemplo, o sítio de Pai Adão); sua relação com os de “fora”, com a “sociedade envolvente”, ou seja, intelectuais, folcloristas, jornalistas, fotógrafos, artistas, políticos, profissionais liberais e demais mediadores sociais da elite intelectual do Recife, que contribuía fortemente para posicionar Dona Santa como a matriarca dos negros; e por último, a individualidade de Santa, os traços que a distinguem como pessoa, sempre que a documentação permita, devem ser considerados, bem como sua capacidade de articular essa diversidade, bem como a forma com que o faz.

Assim definido, implicitamente, afirmamos que a posição de Dona Santa não é um dado da cultura afro-descendente (matriarcado) que a fixa num lugar sócio-cultural, mas que esse lugar é o resultado de uma interação dialética que pressupõe levar em consideração a relação sujeito e organização social (não entendida como homogênea posto que resultado, por sua vez, da interação das comunidades de afro-descendentes com a “sociedade envolvente”). Dessa relação, para nossos propósitos, é fundamental considerarmos a atuação dos mediadores culturais – e não só a elite intelectual, mas muitos outros maracatuzeiros cumprem esse papel, a exemplo de Luis de França, do Maracatu Leão Coroado – que criaram uma série de representações de Dona Santa que, apesar de não serem homogêneas, são sim o resultado de uma convergência de relações de poder que conformam uma posição dominante, símbolo da africanidade e do poder matriarcal. Essa posição emerge como natural, como dado da cultura. Emerge acima de tudo como tradição, como se sempre assim o tivesse sido, ocultando o processo quase sempre conflituoso e divergente que fez emergir Dona Santa como ícone da cultura afro-descendente no Recife, e a atuação destacada da rainha na construção de seu lugar social.<sup>20</sup>

Dona Santa, rainha do maracatu: memória e identidade no Recife

Isabel Gullen

Para além de uma crítica ao patriarcalismo, e sua utilização conceitual nas ciências sociais, é imprescindível discutir as repercussões históricas dessa “contribuição científica”, mas nem por isso neutra. O patriarcalismo foi, a meu ver, uma categoria que justificava como naturais as criações discursivas, culturais, sociais e políticas dos intelectuais que a utilizaram. Utilização essa que agenciou discursos, representações e símbolos que confluíram em posições hegemônicas, contribuindo para a fixação de determinados “papéis”, os quais as comunidades afro-descendentes “deveriam”, portanto, representar. Uma dessas representações centrais, e que pode ao mesmo tempo ser apresentada como uma crítica científica ao patriarcalismo, remete a um outro conceito: o de família e das relações de parentesco. Às representações de patriarcalismo acopla-se a idéia de que o universo doméstico e a família fossem o fundamento da organização social, como se essa conjunção fosse um dado natural. As posições que afirmam a existência de um patriarcalismo entre as mulheres de santo - dentre as quais se destacou Ruth Landes, sem que isto desqualifique seu maravilhoso e arrojado trabalho -, não consideram que essas comunidades de afro-descendentes estão imersas e são constituídas a partir de complexas relações sociais, políticas e culturais, muito mais amplas; e por elas, que envolvem principalmente o mercado de trabalho, e o lugar a que se sujeita o negro(a) como marginal. Consideremos o poder simbólico que fixa esses (as) sujeitos(as) a determinados lugares sociais e, em conseqüência, determina comportamentos, atitudes, sentimentos. Trata-se de considerar o processo de sujeição dos indivíduos em sua dupla significação: a que o constitui como sujeito-indivíduo em suas relações subjetivas e sociais, e a que, em conseqüência da primeira, o sujeita. Evidentemente, toda ambigüidade do processo acima referido deve ser considerada. Como se trata de uma via de mão dupla, em que o social e o individual

interagem, é necessário considerar que essas comunidades de afro-descendentes e esses indivíduos-sujeitos tinham, e têm a possibilidade de fazer escolhas, determinar estratégias, definir campos de luta, mostrando-nos que, mesmo não detendo autonomia plena, esse lugar social e subjetivo é também o resultado de sua ação. Essas observações buscam, em síntese, discutir a complexidade dos lugares sociais, que não são fixos e nem são dados, mas permanentemente construídos pelos sujeitos em interação com uma diversidade de outras relações.

Os maracatus-nação constituem, na atualidade, um forte ícone da cultura pernambucana, principalmente devido à incorporação de sua sonoridade na música contemporânea produzida pelas bandas locais, sobretudo depois de Chico Science e Nação Zumbi. Hoje existem mais de vinte maracatus-nação em atuação na cidade, mas se nos reportarmos ao passado, veremos que houve momentos em que, por muito pouco, não desapareceram simplesmente. Nos anos em que Katarina Real fez sua pesquisa (1961 a 1965) sobreviviam apenas o *Leão Coroado*, o *Cambinda Estrela* e o *Indiano*. O Elefante tinha deixado de desfilar em 1962, com a morte de Dona Santa, bem como o Estrela Brilhante, devido a razões não esclarecidas. A respeito de Dona Santa, afirma: “Desaparece a “preta velha” – mormente sua importante manifestação sócio-cultural em Pernambuco como “Rainha da Nação” – sa-gaz, autoritária, às vezes brilhante, podendo controlar e fazer obedecer a dezenas de homens rudes, até desordeiros, e não raramente cachaceiros (principalmente os batuqueiros). Com o desaparecimento de Dona Santa, o Recife perdeu uma das últimas representantes desse tipo. Milhares de pernambucanos, de todas as raças e classes sociais chamavam Dona Santa de “Minha Madrinha” e obedeciam rigorosamente aos seus “comandos”(Real, 1990, p. 68).

Uma determinada memória de Dona Santa é posta em cena em alguns momentos

Dona Santa, rainha do maracatu: memória e identidade no Recife

Isabel Guillen

específicos e, com ela, reafirma-se uma tradição, uma dada normatização do que "é" a cultura afro-descendente e o maracatu. Esses momentos são: a incorporação do material do Maracatu Elefante ao acervo do Museu do Homem do Nordeste, ainda na década de sessenta; o centenário de nascimento de Dona Santa e a re-fundação do Maracatu Elefante no início dos anos oitenta.

D. Santa se transformou num símbolo da cultura afro-descendente, e para se analisar a história dessas comunidades, é preciso conjugar uma série de questões teórico-metodológicas as quais um historiador que trabalha com sociedades letradas, inseridas na modernidade, jamais imaginaria ter que arregimentar. Nessas comunidades de afro-descendentes, rapidamente o passado se faz mito.

Dona Santa constitui hoje um grande ícone legitimador, e sua memória é recorrentemente mitificada. Encontramos com facilidade, entre batuqueiros dos diversos maracatus da atualidade, aqueles que afirmam ser afilhados de Dona Santa sem que, no entanto, tenham idade suficiente para isso. Em quase todas as entrevistas realizadas com as rainhas de maracatu da atualidade, à exceção de Dona Elda, do Maracatu Porto Rico, observamos uma recorrente referência à Dona Santa, como se ela tivesse o poder para reconhecer uma rainha de maracatu e, em consequência, outras rainhas devidamente coroadas também o teriam. Quando da coroação de Dona Madalena, como rainha do Estrela Brilhante, aparece nos jornais a idéia de que Dona Santa a teria reconhecido como legítima rainha.<sup>21</sup> Em suas memórias, Dona Ivanize, rainha do Encanto da Alegria, assegura a

presença legitimadora de Dona Santa por lembrança da infância remota:

*"Meus pais moravam ali em Ponto de Parada, junto do maracatu Elefante, né, que era da finada Santa, então nós morava lá e todo dia quando ela passava ela dava na minha cabeça, essa menina vai longe..."<sup>22</sup>*

No âmbito dessa experiência social, formas de integração, confronto e negociações colocam questões inusitadas, assim como nos levam a redimensionar categorias sociais, como a de cultura popular, considerando a diversidade das manifestações existentes e sua transformação ao longo do período em questão, bem como a de mulher e negra, se entendermos essas categorias como não naturais, e sim historicamente construídas. Procedimento fundamental para a compreensão da sua história contemporânea.

Um dos temas cruciais que o estudo da cultura popular aponta, é que essas manifestações foram "folclorizadas" num determinado discurso, des-historicizando-as, como se não fossem o resultado de um complexo processo de mudanças e permanências, nem mais estivessem inseridas num campo simbólico que conferia significados a práticas e costumes de homens e mulheres que as faziam. Desse modo, trazem inscritas em seu fazer as práticas sociais de segregação, da violência e do cerceamento dos direitos civis, que não podem ocultar. Mas não somente isto, pois manifestam, a todo o momento, práticas de resistência, demarcando um território de conflitos diversos. Esperamos que a história de Dona Santa tenha contribuído para compreendermos que, ao fazermos história, muitas de nossas ações individuais fazem, sim, diferença.

Dona Santa, rainha do maracatu: memória e identidade no Recife

Isabel Guillen

## Notas

<sup>1</sup> Toada composta por Ivaldo Marciano de França Lima, mestre do *Maracatu-nação Cambinda Estrela*.

<sup>2</sup> Dona Santa morreu, supostamente, com noventa e dois anos, em 1962. Já no final dos anos quarenta encontram-se notícias nos jornais sobre a provável morte da rainha e o desaparecimento do Elefante (e de toda a tradição de que ele era o suporte). Ver: MORAIS, Otávio. Encontro com Dona Santa. *Diário de Pernambuco*, 10/02/1948; Recife pitoresco. O maracatu Elefante: relíquia viva do Passado. *Diário da Noite*, 11/02/1956 (sobre a notícia que circulou no ano anterior sobre a morte da rainha); FRANÇA, Paulo. O maracatu Elefante ladado a desaparecer. *Diário de Pernambuco*, 13/02/1955. Em diversas ocasiões, Dona Santa foi lembrada, destacando-se as exposições organizadas pelo Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais, posteriormente Fundação Joaquim Nabuco, que recolheu no acervo do Museu do Homem do Nordeste as peças do maracatu Elefante e pertences de Dona Santa. A elaboração de catálogos e a exposição permanente do Elefante no espaço do museu pode ser pensada como um lugar da memória no sentido discutido por Nora (1993); sobre museus ver também: Clifford (1988); Bann (1994); Abreu e Chagas (2003). É importante lembrar que em 1977, centenário de seu nascimento, Dona Santa foi homenageada na Noite dos Tambores Silenciosos, e tinha sido tema de uma escola de samba (Império Serrano) no Rio de Janeiro, em 1974.

<sup>3</sup> Sobre Dona Santa, Paulo Vianna pode ser tomado como um dos responsáveis pela circulação e consolidação de uma memória sobre as origens da rainha, principalmente o fato de que ela teria sido descendente direta de antigos reis africanos (sobas) e que, portanto, ninguém mais teria legitimidade para assumir o comando do Elefante após sua morte, uma vez que não deixara descendentes diretos. Ver: VIANA, Paulo. Dona Santa: a última rainha da nação Elefante. *Diário da Noite*, 16/02/1966. Sobre a sucessão de Dona Santa ver também Lima (2004).

<sup>4</sup> DOPS, prontuário n. 703 do *Maracatu Nação Elefante*, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife, PE.

<sup>5</sup> Araujo, (1996), especialmente cap. IV. Sobre a noção de teatro ver: Thompson, (2001).

<sup>6</sup> Não há na historiografia pernambucana absolutamente nenhum trabalho que discuta a formação da Federação Carnavalesca e sua atuação disciplinadora. Para esse debate em 1947 ver: FREYRE, Gilberto. Carnaval do povo. Carnaval de Federação. *Diário de Pernambuco*, 08/01/1947. O debate se estende por vários dias.

<sup>7</sup> Varejão, (1991). O conto em questão foi publicado no livro *Feira Literária*, no ano de 1927.

<sup>8</sup> Um dos grandes enigmas do maracatu está no poder real. Ainda que os significados simbólicos desse poder tenham escapado aos folcloristas, que o perceberam como mera pantomima, há fortes indícios que nos possibilitam pensar o poder de reis e rainha de maracatu como poder simbólico e efetivo no interior das comunidades em que atuam. Sobre o poder simbólico ver Bourdieu (1989). Sobre o poder das rainhas na atualidade, Guillen (2004).

<sup>9</sup> Thompson (2001, p. 231).

<sup>10</sup> O processo histórico de ocupação da zona norte e a importância dos maracatus, bois, cavalos marinhos, dentre outras manifestações, para as relações culturais e a sociabilidade dessas comunidades de afro-descendentes foram esboçadas em: Guillen, (2003; 2005).

<sup>11</sup> Entrevista de José Amaro de Souza Filho. (Zezinho de João Vieira) realizada em 24/04/2005, por Isabel Cristina Martins Guillen e Ivaldo Marciano de França Lima.

<sup>12</sup> Entrevista Aprígio Gomes da Penha realizada em 20/04/05 por Isabel Cristina Martins Guillen e Ivaldo Marciano de França Lima.

<sup>13</sup> Ver: Vovelle, (1985).

<sup>14</sup> Benjamin, (1985); para uma discussão sobre o tradutor cultural ver: Bhabha, (2001).

<sup>15</sup> Sobre o processo de mediação cultural no Brasil ver: Vianna, (2002). Especificamente para os maracatus ver: Guillen, (2003).

<sup>16</sup> *Maracatu O Cruzeiro*, 29/03/1946, p. 56-61.

<sup>17</sup> Sobre o matriarcado na cultura afro-descendente brasileira, Ruth Landes constitui leitura fundamental. Seu livro, *A cidade das mulheres*, cuja primeira edição no Brasil é de 1967, reafirma e consolida a ideia de matriarcado entre os terreiros tradicionais na Bahia, e por extensão, o matriarcado em toda a cultura afro-descendente (Landes, 2002; Corrêa, 2003; Healey, 1996; Stolcke, 1991).

<sup>18</sup> Sobre essas questões, na utilização da biografia como estratégia de pesquisa histórica ver: Levi, (2001); Bourdieu, (2001); Passerini, (1993).

<sup>19</sup> Brandão e Motta, (2002).

<sup>20</sup> Para os procedimentos acima descritos, ver: Scott (1996; 1994); Tilly, (1994); Varikas, (1994).

<sup>21</sup> Ver *Diário de Pernambuco*, 28/08/1970.

<sup>22</sup> Entrevista realizada no dia 18/12/2003.

Dona Santa, rainha do maracatu: memória e identidade no Recife

Isabel Guillen

## Referências Bibliográficas

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

ARAUJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

BANN, Stephen. *As invenções da história. Ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo, UNESP, 1994.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000.

BENJAMIN, Roberto. Dona Santa e Luiz de França: gente dos maracatus. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.) *Artes do Corpo. Memória Afro-Brasileira*. São Paulo, Selo Negro, 2004, p. 55-76.

BENJAMIN, Walter. The task of the translator in: *Illuminations*. New York, Schocken Books, 1985.

BHABHA, Homi. Como o novo entra no mundo. O espaço pós-moderno, os tempos pós-coloniais e as provocações da tradução cultural. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

BRANDÃO, Maria do Carmo; MOTTA, Roberto. Adão e Badiá: carisma e tradição no xangô de Pernambuco. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.) *Caminhos da Alma. Memória Afro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998.

CLIFFORD, James. *The predicamento of culture*. Cambridge Mass, Harvard University Press, 1988.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FERNANDES, A. G. *Xangôs do Nordeste. Investigações sobre os negros fetichistas do Recife*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A formação de um mestre: saberes em circulação na cultura popular. 5º. *Encontro de História Oral. Nordeste*. São Luis, 05 a 09 de setembro de 2005.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Maracatus-nação entre os modernistas e a tradição: discutindo mediações culturais no Recife dos anos 1930-1940. *Clio, Série História do Nordeste*, vol. 1, n. 21, 2003, pp. 107-135.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Por amor ao brinquedo: cotidiano e diversão na periferia do Recife. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 2003, Londrina. XXIII Simpósio Nacional. Anais Eletrônicos.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Rainhas coroadas: história e ritual nos maracatus-nação do Recife. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, vol. 20, n. 01, jan./jun. de 2004, pp. 39-52.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

HEALEY, Mark. Os desencontros da tradição em *Cidade das Mulheres*: raça e gênero na etnografia de Ruth Landes. *Cadernos Pagu*, n. 6/7, 1996, p. 153-199.

LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2002.

LEVI, Giovanni *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história in: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Maracatus e maracatuzeiros: desconstruindo certezas, batendo afayas e fazendo histórias*. Recife, 1930-1945. Recife, Dissertação de mestrado defendida no Departamento de História da UFPE, 2006.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Tempo e instituições, lógicas não ocidentais em alguns maracatus-nação: da África ao Brasil, a homogeneização das diversidades. *Saeculum*, João Pessoa, n. 11, agosto-dezembro de 2004.

MAIA, Clarissa Nunes *Sambas, Batuques, Vozérias e Farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888)*. Recife, Dissertação de mestrado em História/ UFPE, 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 07-28.

OUTTES, Joel. *O Recife: gênese do urbanismo, 1927-1943*. Recife, Massangana, 1997.

PASSERINI, Luisa. Mitobiografia em história oral *Projeto História*. N. 10, dez. 1993, 29-40.

PEIXE, César Guerra. *Maracatus do Recife*, São Paulo: Irmãos Vitale, 1981.

PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos. Narrativas do Recife nas décadas de 1930-1950*. Recife: Ed. UFPE, 2001.

REAL, Katarina. *O folclore no carnaval do Recife*. Recife: Massangana, 1990.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1996.

SCOTT, Joan. Prefácio a *Gender and Politics of History*. *Cadernos Pagu*, n. 03, p. 11-27, 1994.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 20, 1991, p. 101-119.

THOMPSON. E. P. Folclore, antropologia e história social in: *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

TILY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, n. 03, p.29-62, 1994.

VAREJÃO, Lucilo. Reis de Maracatu. In: MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas *Antologia do Carnaval do Recife*. Recife, Editora Massangana, 1991, p. 215-223.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, n. 03, p.63-84, 1994.

VIANA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

VOVELLE, Michel. Os intermediários culturais. In: *ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Dona Santa, rainha do maracatu: memória e identidade no Recife

Isabel Guillen

